

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº de 2014
(DO SR. IVAN VALENTE)

Requerimento de Informação ao Ministro da Defesa, Exmo. Sr. Celso Amorim, sobre a reestruturação do Centro de Informações do Exército (CIE) para monitoramento dos movimentos sociais.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta a Mesa, seja solicitada ao Sr. Ministro da Defesa informações sobre a possível atuação das Forças Armadas no monitoramento das manifestações populares:

- 1) O Ministério da Defesa confirma a informação, noticiada nos meios de comunicação, que está reestruturando sua área de inteligência e de contra-inteligência para monitorar movimentos sociais ?!
- 2) Se a resposta anterior for afirmativa, quantos membros das Forças Armadas serão alocados para monitorar tais movimentos ?
- 3) Qual será o instrumento normativo utilizado para a referida reestruturação ?
- 3) Existe previsão orçamentária para a reestruturação do serviço de inteligência que tem o objetivo de monitorar os movimentos sociais ? Qual o custo e cálculo médio dessa reestruturação?

JUSTIFICATIVA

Foi noticiado que o Centro de Informações do Exército (CIE) vai reforçar suas áreas de inteligência e contra-inteligencia, inclusive com a convocação de oficiais

da reserva para treinar novos quadros. De acordo com matéria publicada no portal UOL, o principal objetivo de tal reestruturação é o monitoramento de movimentos sociais¹.

Ainda segundo a matéria, o objetivo é investigar os movimentos sem-teto, sem-terra e outros, diante de provas de ligações destes grupos com organizações criminosas das grandes capitais.

Não é a primeira vez que o Ministério da Defesa protagoniza uma violação à Constituição Federal para perseguir movimentos sociais. No fechar das cortinas de 2013, o Ministério da Defesa publicou documento que estabelecia diretrizes para a atuação das Forças Armadas em operações de segurança pública. Trata-se da Portaria “Garantia da Lei e Ordem”, que rotula os movimentos sociais como forças oponentes e tem o objetivo de constranger a população a não se manifestar. Na ocasião, a bancada do PSOL ingressou com Projeto de Decreto Legislativo para sustar a referida portaria.

No presente episódio, caso a notícia seja confirmada, trata-se de mais um ato atentatório às liberdades fundamentais e ao Estado Democrático de Direito promovido pelo Poder Executivo Federal. É inaceitável que as Forças Armadas relembrarem as práticas da ditadura militar e intimide os movimentos sociais. Não é democrático e nem é o papel que a Constituição Federal atribui ao Exército investigar movimentos da sociedade civil.

É para obter maiores esclarecimentos sobre o monitoramento das manifestações sociais pelas Forças Armadas que apresentamos o presente requerimento. Faz-se necessária à obtenção das informações ora requeridas para que possibilitem subsidiar os encaminhamentos apropriados, tendo em vista que é dever do Parlamento Brasileiro investigar e fiscalizar outros poderes.

Sala das Sessões, em 07 de Agosto de 2014.

**Ivan Valente
Deputado Federal - PSOL/SP**

¹ Disponível em: <http://zip.net/bnn8Yj>